

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE A TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE

Gustavo Biscaia de Lacerda
(Organizador)



Gustavo Biscaia de Lacerda
(Organizador)

As Políticas Públicas frente a Transformação da Sociedade

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P769	As políticas públicas frente a transformação da sociedade [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Biscaia de Lacerda. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-528-0 DOI 10.22533/at.ed.280190907 1. Brasil – Política e governo. 2. Políticas públicas – Brasil. 3. Sociedade. I. Lacerda, Gustavo Biscaia de. CDD 320.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

“A sociedade em transformação”: à primeira vista, essa frase pode parecer uma redundância, na medida em que, por definição, todas as sociedades estão sempre mudando, seja por meio da sucessão das gerações, seja por meio de inovações (intencionais ou não, grandes ou pequenas), seja por meio de mudanças ambientais. Nesse sentido, há 25 séculos, Aristóteles formalizava a concepção grega de que, em contraposição à orbe celeste – imutável, perfeita e incorruptível –, o mundo sublunar caracteriza-se pela corruptibilidade e pelas constantes mudanças.

Ora, o sentido específico da presente afirmação da “transformação da sociedade” consiste nos fatos de que as sociedades contemporâneas vivem as mudanças conscientemente; de que as mudanças sucedem-se com grande rapidez e de que – e isto é o mais importante para nós – desejamos ativamente as mudanças. É na busca ativa das mudanças sociais que as políticas públicas assumem um caráter especial, na medida em que é graças à ação coordenada do Estado com e sobre a sociedade que se pode implementar, de maneira razoavelmente racional, planejada e sujeita ao permanente escrutínio público, todo um conjunto de medidas que visam a melhorar o bem-estar social, bem como o equilíbrio ambiental.

Nesses termos, o presente livro reúne 31 artigos que abordam de diferentes maneiras seja a organização do Estado com vistas à execução de políticas públicas, sejam aspectos de variadas políticas públicas específicas, sejam problemas relacionados à atuação de agentes jurídicos com vistas à imposição de políticas públicas.

Espelhando a variedade de temas, os autores dessa trintena de artigos têm as mais variadas formações acadêmicas e políticas, que vão desde a Sociologia até a Medicina, desde a Fisioterapia até a Gestão de Políticas Públicas, desde o Serviço Social até o Direito, sem deixar de lado as modalidades de interdisciplinaridade que consistem em ter uma formação inicial em uma área e realizar pesquisas pós-graduadas em outras áreas. Igualmente, a titulação desses pesquisadores é variada, passando por estudantes de graduação e chegando a doutores e a pesquisadores com pesquisas pós-doutorais.

De qualquer maneira, acima dessa variedade temática, disciplinar e profissional – que, em todo caso, apenas realça a qualidade do presente livro –, está o fato de que os autores evidenciam todos o compromisso intelectual e também político com o aperfeiçoamento das instituições públicas que visam ao bem-estar social, em suas mais diversas manifestações. Ler os artigos seguintes é aprender a diversidade de possibilidades de realizar a “transformação social” – e, bem entendido, de realizar essa transformação para melhor.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A AUTONOMIA FINANCEIRA CONDICIONADA DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA	
Bruna Lietz	
DOI 10.22533/at.ed.2801909071	
CAPÍTULO 2	13
ATORES, INSTITUIÇÕES E O DESENHO ORIGINAL DO REGIME DE BEM-ESTAR BRASILEIRO	
Oleg Abramov	
DOI 10.22533/at.ed.2801909072	
CAPÍTULO 3	31
O DESAFIO DA LAICIDADE DIANTE DO FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO NUMA SOCIEDADE MULTICULTURAL E PLURALISTA: PERSPECTIVAS, INTERLOCUÇÕES E DIÁLOGOS	
Celso Gabatz	
DOI 10.22533/at.ed.2801909073	
CAPÍTULO 4	43
MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E HERMENÊUTICA DIATÓPICA: DIREITOS HUMANOS NA SOCIEDADE GLOBAL EM REDE	
Guilherme Pittaluga Hoffmeister	
Karen Emilia Antoniazzi Wolf	
DOI 10.22533/at.ed.2801909074	
CAPÍTULO 5	55
AS INOVAÇÕES TRAZIDAS ATRAVÉS DO ACORDO TRIPS EM RELAÇÃO ÀS PATENTES DE MEDICAMENTOS E O ÓBICE AO ACESSO A FÁRMACOS	
Daiana Cristina Cardoso Pinheiro Machado	
Tamara Lemos Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.2801909075	
CAPÍTULO 6	66
GEIROSC - GRUPO DE ESTUDOS SOBRE IMIGRAÇÕES PARA A REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA : APOIO E ATENDIMENTO AO IMIGRANTE	
Sandra de Avila Farias Bordignon	
Deisemara Turatti Langoski	
DOI 10.22533/at.ed.2801909076	
CAPÍTULO 7	81
A CENTRALIDADE DO TRABALHO E O JOVEM “NEM-NEM”	
Roseli Bregantin Barbosa	
Maria Tarcisa Silva Bega	
DOI 10.22533/at.ed.2801909077	
CAPÍTULO 8	91
A ESCRAVIDÃO NO SÉCULO XXI E SEUS REFLEXOS SOBRE A SOCIEDADE E OS MEIOS DE PRODUÇÃO: BRASIL, EUA E CUBA	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Fábio Augusto de Cristo Batista	
DOI 10.22533/at.ed.2801909078	

CAPÍTULO 9	113
O NOVO CENÁRIO SINDICAL E AS GARANTIAS DE DIREITOS DOS TRABALHADORES	
Nathália Gonçalves Zapparoli	
DOI 10.22533/at.ed.2801909079	
CAPÍTULO 10	126
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E OS IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (2016)	
Talismara Guilherme Molina	
Hélio Alexandre da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.28019090710	
CAPÍTULO 11	138
POLÍTICA PÚBLICA NA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF): CONSIDERANDO A DISTRIBUIÇÃO DE RECURSO DO POSTO DE ATENDIMENTO DA CRESOL DE LAURO MÜLLER (SC)	
Edivaldo Lubavem Pereira	
Eduardo Gonzaga Bett	
Walquiria Guedert Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.28019090711	
CAPÍTULO 12	155
AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL	
Cássius Dunck Dalosto	
João Augusto Dunck Dalosto	
Celso Lucas Fernandes Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.28019090712	
CAPÍTULO 13	167
POLÍTICA HABITACIONAL E O PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA NA CIDADE DE TERESINA-PI E SUAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS	
Erick Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.28019090713	
CAPÍTULO 14	179
O PROGRAMA ESCOLA E MUSEU COMO UMA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CULTURAL NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (SME/RJ)	
Priscila Matos Resinentti	
Cristina Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.28019090714	
CAPÍTULO 15	190
A DESIGUALDADE DE GÊNERO QUE REFLETE NO ENCARCERAMENTO FEMININO BRASILEIRO	
Josiane Pantoja Ferreira	
Maria Helena de Paula Frota	
DOI 10.22533/at.ed.28019090715	
CAPÍTULO 16	200
ATUAÇÃO DAS MULHERES EM CARGO DE LIDERANÇA EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO	
Priscila Terezinha Aparecida Machado	
DOI 10.22533/at.ed.28019090716	

CAPÍTULO 17	220
AZUL OU ROSA NÃO ME DEFINEM: UMA ANÁLISE DO ACESSO A EDUCAÇÃO SEGUNDO A IDENTIDADE DE GÊNERO	
Gabriel Andrades dos Santos João Felipe Lehmen	
DOI 10.22533/at.ed.28019090717	
CAPÍTULO 18	232
O DESRESPEITO À INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DOS ANIMAIS E SUAS POSSÍVEIS RELAÇÕES COM OUTRAS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO DE VIOLÊNCIA HUMANA: UM OLHAR SOB O FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA PROTETIVA DOS ANIMAIS	
Nilsen Aparecida Vieira Marcondes	
DOI 10.22533/at.ed.28019090718	
CAPÍTULO 19	263
POLÍTICAS PÚBLICAS PROTETIVAS DA INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DOS ANIMAIS NÃO HUMANOS: UMA REFLEXÃO NO ÂMBITO MUNICIPAL	
Nilsen Aparecida Vieira Marcondes	
DOI 10.22533/at.ed.28019090719	
CAPÍTULO 20	287
TRANSFORMAÇÕES NOS HÁBITOS DE CONSUMO DA JUVENTUDE RURAL: ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS	
Silvana de Matos Bandeira Éder Jardel da Silva Dutra	
DOI 10.22533/at.ed.28019090729	
CAPÍTULO 21	300
AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS USUÁRIOS DE ALCOOL E DROGAS DO MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA	
Cibele Araújo da Silva Ramona Marcelle dos Santos Lavouras Vanessa Cristina dos Santos Saraiva	
DOI 10.22533/at.ed.28019090721	
CAPÍTULO 22	311
HUMANIZAÇÃO NOS PRESÍDIOS: ESTUDO SOBRE GESTÃO SOLIDÁRIA	
João Luiz Mendonça dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.28019090722	
CAPÍTULO 23	322
DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO E PROCESSO ADMINISTRATIVO: UMA PREMISSE DO <i>FREEDOM OF INFORMATION ACT</i> (FOIA) NORTE-AMERICANO	
Andressa Sloniec Gerson De Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.28019090723	

CAPÍTULO 24 335

A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL E SUA COMPLEXIDADE: UM ESTUDO DA INCORPORAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NAS EMPRESAS E DA PERCEPÇÃO TÉCNICA JURÍDICO-AMBIENTAL NO BRASIL

Marco Antônio Pontes Aires
Isabel Christine Silva De Gregori

DOI 10.22533/at.ed.28019090724

CAPÍTULO 25 349

EFETIVAÇÃO DO CONHECIMENTO ACERCA DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS DO SUS

Davi Alves Moura
Erivalda Maria Ferreira Lopes
Francisca Adelanina Paulino da Silva
Lisley Medeiros Garcia
Rosa Camila Gomes Paiva
Sandra Fernandes Pereira de Melo

DOI 10.22533/at.ed.28019090725

CAPÍTULO 26 353

A EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE NOS CRIMES DE SONEGAÇÃO FISCAL: UMA ABORDAGEM GARANTISTA

Alessandra Knoll
Luiz Henrique Urquhart Cademartori

DOI 10.22533/at.ed.28019090726

CAPÍTULO 27 365

A METÁFORA DA CAÇA ÀS BRUXAS E SUAS REPRESENTAÇÕES: UMA ANÁLISE DA MEDIDA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA EXPOSIÇÃO DO DISCURSO JURÍDICO

Bianca Larissa Soares de Jesus Roso
Priscila Cardoso Werner

DOI 10.22533/at.ed.28019090727

CAPÍTULO 28 380

UMA VISÃO PARTICIPATIVA NA ABORDAGEM DAS DEMANDAS SOCIAIS NOS CURSOS JURÍDICOS COMO CONDIÇÃO ESSENCIAL DE CIDADANIA

Rosane Beatris Mariano da Rocha Barcellos Terra
Maria Paula da Rosa Ferreira
Thomaz Delgado de David
João Antônio de Menezes Perobelli
Rafaela Bogado Melchior
Gabriel Dewes Monteiro

DOI 10.22533/at.ed.28019090728

CAPÍTULO 29 392

A AUDIÊNCIA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E A EXPERIÊNCIA “O MP VAI ÀS RUAS”, DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA, EM 2010

Alex Sandro Teixeira da Cruz
André Garcia Alves Cunha

DOI 10.22533/at.ed.28019090729

CAPÍTULO 30	403
O MEDIADOR COMO MEIO MATERIALIZADOR DO EXERCÍCIO DE CIDADANIA E DE HUMANIZAÇÃO DO PROCESSO	
Carolina Portella Pellegrini	
Carolina Mota de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.28019090730	
CAPÍTULO 31	418
NOVAS MÍDIAS, DEMOCRACIA E CIDADANIA: O EMBATE MODERNO DAS NOVAS FORMAS DE COMUNICAÇÃO NO AUXÍLIO DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA VS O POSSÍVEL DISTANCIAMENTO DA VIDA PÚBLICA	
Eduardo da Silva Fagundes	
Luiz Henrique Silveira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.28019090731	
SOBRE O ORGANIZADOR	432
ÍNDICE REMISSIVO	433

EFETIVAÇÃO DO CONHECIMENTO ACERCA DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS DO SUS

Davi Alves Moura

Discente do quarto período do curso de graduação em Medicina na Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba/FCM-PB.

E-mail: davialvesmoura@hotmail.com

Erivalda Maria Ferreira Lopes

Discente do quinto período do curso de graduação em Medicina na Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba/FCM-PB.

E-mail: eri_estrela@hotmail.com

Francisca Adelanía Paulino da Silva

Discente do quinto período do curso de graduação em Medicina na Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba/FCM-PB.

E-mail: adelaniapaulino@hotmail.com

Lisley Medeiros Garcia

Discente do sétimo período do curso de graduação em Medicina na Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba/FCM-PB.

E-mail: lisleygarcia@gmail.com

Rosa Camila Gomes Paiva

Fisioterapeuta, Mestre, Professora Adjunta da Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba/FCM, João Pessoa (PB), Brasil.

E-mail: rosac12@hotmail.com

Sandra Fernandes Pereira de Melo

Fisioterapeuta, Mestre, Professora Adjunta da Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba/FCM, João Pessoa (PB), Brasil.

E-mail: sandrafermelo@hotmail.com

Introdução: A Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, Portaria n. 1.820 GM/MS, de 13 de agosto de 2009, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) em sua 198ª Reunião Ordinária, realizada no dia 17 de junho de 2009. Fundamenta-se na Lei 8.080/90, na Política Nacional de Humanização da Atenção e da Gestão da Saúde, de 2003 e na Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa do SUS, de 2007 (BRASIL, 2009). A carta consiste em seis fundamentos básicos os quais se apoiam nos ideais de que todo cidadão deve ter acesso irrestrito aos sistemas de saúde; deve ser tratado de forma adequada e efetiva; deve ser atendido de acordo com os pré-requisitos da humanização e do acolhimento, sem qualquer discriminação; deve ter atendimento respeitoso quanto aos seus valores e direitos; além disso, o cidadão deve também ter responsabilidades quanto ao seu tratamento para que seja eficaz e tem o direito ao comprometimento dos gestores das ações e serviços de saúde para que os demais princípios sejam garantidos (BRASIL, 2007). Diante disso, essa importante ferramenta tem por objetivo ratificar o acesso universal e igualitário a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde e dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e

recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, aspectos defendidos pela Lei Orgânica e pela Política Nacional de Humanização (BRASIL,2007). Sabe-se que quando no cotidiano dos serviços de saúde não se edifica uma relação de trabalho como um direito, reproduz-se dificuldades de acesso, falhas no atendimento e não cumprimento irrestrito dos direitos à humanização, respeito e acolhimento. Nessa conjuntura, surge inclusive, distanciamento da prática das premissas da “Carta de Direito dos Usuários do SUS”. Dessa forma, defere-se que é preciso colaborar com o processo de defesa do direito em saúde e com a formação de profissionais comprometidos com esse direito fundamental, demonstrar a necessidade de que sejam construídas iniciativas para mudança na formação em saúde, ao enfatizar a valorização do diálogo entre profissionais da saúde com a realidade da população, com o intuito de superar os atuais entraves da saúde.

Metodologia: Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo e exploratório e o método utilizado foi de revisão sistemática de literatura, realizada entre o período de agosto a setembro de 2017 por estudantes do 4º e 5º períodos do curso de Medicina da Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba. Foram incluídos seis artigos da base de dados da Scielo, além de três resoluções do Ministério da Saúde, cujo tema pesquisado foi a efetivação do conhecimento acerca dos direitos dos usuários do SUS, e apresenta como descritores: Saúde, Direito à Saúde, SUS. Os artigos foram indexados no período de 2005 a 2017. Os critérios de inclusão dos artigos definidos para esta revisão foram: ser artigo completo de pesquisa; estar publicado no idioma português; estar disponível eletronicamente e abordar a temática em estudo. Foram excluídos todos os artigos que não contemplaram a temática do estudo. O objetivo dessa pesquisa é levantar uma discussão sobre a importância, bem como a necessidade de informar os usuários acerca de seus direitos e deveres no que diz respeito à sua recepção no sistema público de saúde, com o intuito de que, com esse conhecimento, eles busquem melhorar sua autonomia perante ao seu tratamento, contribuindo, assim para seu empoderamento frente à saúde e valorização da sua cidadania.

Desenvolvimento: Chaves, Costa e Lunardi (2005) alegam que o conhecimento e a informação constituem o meio de perpetuação da cidadania. A ausência de informação fornece subsídios para a prática de ações abusivas, exploradoras e dominadoras. Para que os indivíduos possam garantir seu bem estar, faz-se necessário manterem-se bem informadas e lutar pelos seus ideais e crenças. A compreensão de que o acesso à informação é um meio de acesso a outros direitos, direciona ao entendimento de que, sendo a saúde um direito social assegurado constitucionalmente, é dever do Estado fornecer e garantir o acesso às informações referentes ao SUS, sobretudo no que diz respeito aos direitos dos usuários convolutos pelo processo de saúde-doença (GENTILLI, 2005). Segundo Pacheco e Garbin (2010), o direito à saúde é insubstituível e, sobretudo, primordial, no entanto é premente a necessidade de lutar pela qualificação das ações e serviços. Porém, para que isso aconteça, é imprescindível que os usuários da saúde possuam o conhecimento de todos os seus direitos, pois a partir disso poderão argumentar,

reivindicar com autonomia e serem sujeitos de ações transformadoras para garantir o fiel cumprimento do que é preconizado pela lei. Sabe-se que a ampla maioria dos usuários não possui conhecimento acerca dos seus direitos, assim sendo, a lutar por mudanças e melhorias torna-se significativamente mais difícil, afinal não há uma fundamentação básica para baseá-la. No entanto, a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde tem a finalidade de guiar o cidadão frente as suas necessidades, sobretudo no que diz respeito ao sistema de saúde, seja ele público ou privado, propiciando, assim, o direito essencial ao ingresso digno nesses sistemas (ERDMANN et al., 2009). No entanto, para Erdmann (2008), não basta somente a existência da carta, propiciando direito e acesso ao sistema público de saúde. A população necessita instituir uma consciência política, ultrapassando a marca do conservadorismo que permeia sociedade brasileira, bem como, a prevalência do modelo biomédico que ainda é hegemônico entre muitos profissionais e instituições atualmente. Compreendendo que o conhecimento dos direitos dos usuários é de extrema relevância para o desenvolvimento de uma consciência responsável, democrática e reflexiva enquanto cidadão, tanto no que diz respeito ao papel de usuário quanto de profissional da saúde, conhecer os direitos é, indubitavelmente, o primórdio das ações para combater as barreiras encaradas pelos usuários de saúde no que relaciona-se ao acesso pleno e irrestrito a seus direitos de cidadania. (SANTOS et al., 2011). Mediante a isso, defere-se que a partir do acesso à informação é possível assumir condutas, julgar situações e exercer direitos de forma autônoma, proativa e cidadã. Assim, torna-se necessário a implementação de métodos que possibilitem aos usuários, conhecer com propriedade seus direitos em saúde. Para isso, pode-se realizar medidas de educação e orientação, como a realização de oficinas educativas sobre a Carta dos Direitos dos Usuários do SUS; elaboração coletiva de estratégias para a concretização dos direitos e deveres; facilitar o acesso dos usuários à Carta, ao colocá-la em local mais visível na Unidade de Saúde, apresenta-la em linguagem mais acessível a todos em sala de espera para demanda espontânea, entre outras ações. **Conclusão:** Tendo em vista os fatos mencionados, pode-se inferir que como há uma grande distância na efetivação prática do que propõe a Carta de Direito dos Usuários do SUS, a falta de conhecimento desta é de fato um grande problema, uma vez que limita a participação da sociedade no seu exercício de cidadania. É necessário que além de garantir o acesso e/ou o direito ao sistema público de saúde, seja feita uma espécie de conscientização política desses usuários, para que possam ser conhecedores dos seus direitos e assim, buscar o cumprimento efetivo do que principia a Carta. É de suma importância a intensificação de medidas que facilitem ao cidadão o alcance destas informações, como: desenvolver oficinas educativas sobre a Carta dos Direitos dos Usuários do SUS e elaboração coletiva de estratégias para a concretização dos direitos e deveres, além de implementação de campanhas e palestras, com exposição de banners e cartazes nas USF's em prol para permitir a ampliação das perspectivas sobre a assistência à saúde e das indagações sobre a participação popular no Sistema Único de Saúde. Dessa

forma, além do empoderamento da população acerca de suas garantias no âmbito da saúde, é uma forma de colaborar para que se tenha um sistema de saúde respeitável nesse país.

Descritores: Saúde, Direito à Saúde, SUS.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Carta dos direitos dos usuários da saúde / Ministério da Saúde.** – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_direito_usuarios_2ed2007.pdf Acesso em: 14 de Setembro de 2017.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS n. 1.820 de 13 de agosto de 2009. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde.** Diário Oficial da União, Seção 1, p. 80,2009. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html.> Acesso em: 11 de setembro de 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Nº 204, De 29 De Janeiro De 2007. Regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle.** Diário Oficial da União. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2007/prt0204_29_01_2007_comp.html Acesso em 10 de setembro de 2017.

CHAVES, Patricia Lemos; COSTA, Veridiana Tavares; LUNARDI, Valéria Lerch. **A enfermagem frente aos direitos de pacientes hospitalizados.** Texto contexto – enferm. (online). 2005, n1, pp. 38-43. ISSN 0104-0707.

Erdmann AL, Backes DS, Klock P, Koerich MS, Rodrigues ACRL, Drago LCD. **Discutindo o significado de cidadania a partir dos direitos dos usuários da saúde.** Rev. enferm. UERJ, Rio de Janeiro, 2008 out/dez; 16(4):477-81.

Erdmann AL, Rodrigues ACRL, Koerich MS, Backes DS, Drago LC, Klock P. **O olhar dos estudantes sobre sua formação profissional para o Sistema único de Saúde.** Acta Paul Enferm. 2009;22(3):288-94.

Gentili V. **Democracia de massas: jornalismo e cidadania. Estudo sobre associedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação.** Porto Alegre (RS): EDIPUCRS; 2005.

PACHECO, Antônio Carlos Filho; GARBIN, Cléa Adas Saliba; **A saúde e seu direito sob o olhar do usuário.** Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde 2010; 12(3): 39-45.

SANTOS. Ellen Cristina Barbosa; et. Al. **A Efetivação Dos Direitos Dos Usuários De Saúde Com Diabetes Mellitus: Co-Responsabilidades Entre Poder Público, Profissionais De Saúde E Usuários.** Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2011 Jul-Set; 20(3): 461-70.

SOBRE O ORGANIZADOR

GUSTAVO BISCAIA DE LACERDA é Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2010), Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR, 2004) e Bacharel em Ciências Sociais pela UFPR (2001); entre 2012 e 2013 realizou estágio pós-doutoral em Teoria Política na UFSC. Desde 2004 é Sociólogo da UFPR. Suas principais áreas de atuação consistem em teoria política republicana; história das idéias; história política brasileira; pensamento político brasileiro; positivismo; políticas públicas e gestão universitária. Acesso ao currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7429958414421167>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Autonomia financeira 1

C

Cargos de liderança 200

Cidadania 30, 41, 70, 124, 165, 231, 232, 253, 259, 260, 348, 380, 397, 411, 416, 418, 430

Condicionamento 1

Consumo 287, 299

Criança e adolescente 375

D

Demandas Sociais 380, 404

Democracia 29, 123, 261, 322, 328, 334, 352, 392, 418

Desenvolvimento Socioeconômico 126

Direitos Humanos 6, 31, 43, 50, 51, 55, 65, 66, 70, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 177, 229, 230, 231, 254, 257, 260, 261, 264, 300, 305, 315, 320, 329, 374, 379, 416

Drogas 300, 302, 303, 305, 307, 309

E

Educação 25, 26, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 79, 80, 81, 125, 138, 177, 180, 181, 185, 186, 189, 199, 218, 219, 220, 227, 228, 229, 231, 232, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 269, 281, 311, 314, 316, 317, 320, 379, 416

F

Federalismo 1, 3, 5, 12

G

Gênero 190, 218, 219, 220, 222, 230, 231, 379

H

Humanização 311, 349, 350

I

Identidade 182, 220, 230, 231

Integridade Física e Psíquica 232, 234, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280,

281, 282, 283, 284, 285

L

legitimidade 10, 21, 32, 302, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 362, 364

M

Meio ambiente 335

Mercado de trabalho 190, 205

Mulheres 41, 76, 199, 200, 203, 206, 211, 218, 232, 253, 255, 259, 260, 369, 379

P

Pobreza 126, 136, 137, 153

Política Pública Protetiva 253, 254, 255, 256, 257, 259, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285

Política Social 13, 124

Proteção Animal 232

R

Responsabilidade Socioambiental 335, 341, 342

S

SUS 9, 309, 310, 349, 350, 351, 352

Sustentabilidade 335, 347, 348

V

Violência Humana 232

Violência sexual 365

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-528-0

